

CEM

CADERNO DE EXERCÍCIOS MASTER

Direito Penal

Analista Judiciário TRF

Período: 2006 - 2015

SUMÁRIO

Princípios de Direito Penal	3
Aplicação da Lei Penal	3
Teoria Do Crime	5
Concurso de Pessoas	7
Teoria da Pena	9
Aplicação da Pena	12
Ação Penal	15
Extinção da Punibilidade e Prescrição	15
Crimes Contra a Pessoa	17
Crimes Contra o Patrimônio	19
Crimes Contra a Fé Pública	20
Crimes Contra a Administração Pública	22
GABARITO	31



Princípios de Direito Penal

1) FCC - TRF 3ª Região - Analista - Área Judiciária - 2014

Dentre as ideias estruturantes ou princípios abaixo, todos especialmente importantes ao direito penal brasileiro, NÃO tem expressa e literal disposição constitucional o da

- a) legalidade.
- b) proporcionalidade.
- c) individualização.
- d) pessoalidade.
- e) dignidade humana.

2) FCC - TRF 5ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2013

O princípio, segundo o qual se afirma que o Direito Penal não é o único controle social formal dotado de recursos coativos, embora seja o que disponha dos instrumentos mais enérgicos, é reconhecido pela doutrina como princípio da

- a) lesividade.
- b) intervenção mínima.
- c) fragmentariedade.
- d) subsidiariedade.
- e) proporcionalidade.

Aplicação da Lei Penal

3) FCC - TRF 1ª Região - Analista - Área Judiciária - 2006

Paulo foi condenado à pena de 6 anos de reclusão, mínima prevista para o delito que cometeu, em regime inicial fechado. A sentença transitou em julgado. Lei posterior ao trânsito em julgado da sentença reduziu a pena mínima para o delito por cuja prática havia sido condenado para 3 anos de reclusão. Três anos após o trânsito em julgado da sentença e dois anos após a publicação dessa lei, Paulo foi preso e começou a cumprir a pena privativa de liberdade. Nesse caso, Paulo

- a) tem direito à redução da pena que lhe foi imposta com fundamento no novo patamar estabelecido pela lei nova.
- b) não tem direito à redução da pena, porque a lei nova que a reduziu entrou em vigor após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- c) não tem direito à redução da pena, porque, em decorrência do princípio da anterioridade da lei penal, aplica-se a lei em vigor à época do fato delituoso.
- d) não tem direito à redução da pena, porque estava foragido, podendo, apenas, pleitear o seu

cumprimento em regime menos rigoroso.

e) só teria direito à redução da pena se tivesse sido preso e iniciado o cumprimento da pena antes de entrar em vigor a lei que a reduziu.

4) FCC - TRF 1ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2006

Pedro praticou fato definido como crime pela lei então vigente. Após o recebimento da denúncia, outra lei deixou de considerar criminoso o fato. Antes da sentença, uma terceira lei voltou a definir o fato como crime, porém com pena mais branda. Nesse caso, aplica-se

- a) a lei vigente à época da sentença, por estabelecer pena menos grave que a vigente à época do fato.
- b) a lei vigente à época do fato, em razão da aplicação do princípio da irretroatividade da lei penal.
- c) a lei que entrou em vigor após o recebimento da denúncia e deixou de considerar o fato infração penal.
- d) a lei vigente à época do fato, em razão da aplicação do princípio da anterioridade da lei penal.
- e) combinação entre a lei vigente à época do fato e à época da sentença, com a imposição da média entre as penas nelas estabelecidas.

5) FCC - TRF 3ª Região - Analista - Área Judiciária - 2007

Sobre a aplicação da lei penal, considere:

I. A lei excepcional ou temporária não se aplica ao fato praticado durante sua vigência, se decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram.

II. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

III. A lei brasileira não se aplica aos crimes contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público, se praticados no estrangeiro.

IV. Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

V. Aplica-se a lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, aos crimes contra a administração pública praticados por qualquer pessoa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I e V.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III, IV e V.

6) FCC - TRF 4ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2010

No que se refere à aplicação da lei penal, de acordo com o Código Penal, é certo que

- a) a homologação de sentença estrangeira para obrigar o condenado à reparação do dano, quando da aplicação de lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, depende de pedido da parte interessada.
- b) a lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, não se aplica ao fato praticado durante sua vigência.
- c) a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- d) ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a vida ou a liberdade do Presidente ou do Vice-Presidente da República.
- e) a pena cumprida no estrangeiro é computada na pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é atenuada, quando idênticas.

Teoria Do Crime

7) FCC - TRF 4ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2014

Com uma velha espingarda, o exímio atirador Caio matou seu próprio e amado pai Mélvio. Confundi-o de longe ao vê-lo sair sozinho da casa de seu odiado desafeto Tício, a quem Caio realmente queria matar. Ao morrer, Mélvio vestia o peculiar blusão escarlate que, de inopino, tomara emprestado de Tício, naquela tão gélida quanto límpida manhã de inverno. O instituto normativo mais precisamente aplicável ao caso é, doutrinariamente, conhecido como

- a) *aberratio ictus* de unidade simples (Código Penal, art. 73, 1ª parte).
- b) *aberratio ictus* de unidade complexa (Código Penal, art. 73, 2ª parte).
- c) *aberratio delicti* (Código Penal, art. 74).
- d) *error in personam* (Código Penal, art. 20, par. 3º).
- e) *parricidium* enquanto circunstância genérica de pena (Código Penal, art. 61, II, “e”, 1ª hipótese).

8) FCC - TRF 3ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2007

Sobre a imputabilidade penal, considere:

I. A emoção e a paixão excluem a imputabilidade penal.

II. A embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, não exclui a imputabilidade penal.

III. Se o agente, por embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, a pena pode ser reduzida de um a dois terços.

IV. Os menores de dezoito anos não são penalmente inimputáveis porque podem ser internados pela prática de fato definido como crime.

V. O agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, pode ter a sua pena reduzida de um a dois terços.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e V.
- b) I, III e IV.
- c) I e IV.
- d) II e III.
- e) III e V.

9) FCC - TRF 5ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2013

Em matéria penal, a embriaguez incompleta, resultante de caso fortuito ou de força maior,

- a) não suprime a imputabilidade penal, mas diminui a capacidade de entendimento gerando uma causa geral de diminuição de pena.
- b) não exclui, nem diminui, a imputabilidade penal, não operando qualquer efeito na aplicação da pena.
- c) é hipótese de elisão da imputabilidade penal porque afeta a capacidade de compreensão, tornando o agente isento de pena.
- d) não exclui, nem diminui, a imputabilidade penal, servindo como circunstância agravante.
- e) embora não suprima a imputabilidade penal, é censurável, e serve como circunstância agravante.

10) FCC - TRF 5ª Região - Analista - Área Judiciária - 2008

A respeito da imputabilidade penal, é correto afirmar:

- a) A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, por embriaguez proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

- c) É isento de pena o agente que, em virtude de perturbação da saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não possuía a plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- d) A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- e) A pena pode ser reduzida de um a dois terços se o agente, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

11) FCC - TRF 4ª Região - Analista - Área Judiciária - Oficial de Justiça Avaliador Federal - 2014

No direito brasileiro legislado, desde que subtraia por completo o entendimento da ilicitude ou a determinação por ela, a embriaguez terá, genericamente, o condão de excluir total ou parcialmente a imputabilidade penal quando for

- a) não preordenada.
- b) oriunda de culpa consciente.
- c) oriunda de culpa inconsciente.
- d) oriunda de caso fortuito.
- e) não premeditada.

Concurso de Pessoas

12) 12. FCC - TRF 2ª Região - Analista - Área Judiciária - 2007

No caso de crime praticado em concurso de pessoas, se algum concorrente quis praticar crime menos grave, não sendo previsível o resultado mais grave, ele receberá a pena

- a) do crime menos grave.
- b) igual a dos outros comparsas.
- c) do crime mais grave, reduzida de metade.
- d) do crime menos grave aumentada de metade.
- e) do crime mais grave reduzida de dois terços.

13) 13. FCC - TRF 1ª Região - Analista - Área Judiciária - 2006

Considere as assertivas a respeito do concurso de pessoas.

I. Há concurso de agentes quando dois motoristas, dirigindo imprudentemente seus veículos, provocam colisão, daí resultando a morte de terceiro.

II. Há concurso de agentes quando duas pessoas deixam de prestar socorro a uma terceira pessoa ferida, podendo cada uma delas fazê-lo sem risco pessoal.

III. Considera-se partícipe e não co-autor o empregado de um hotel que revela o segredo do cofre desse estabelecimento, possibilitando que dois hóspedes amigos seus subtraíssem valores do seu interior.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- a) II.
- b) III.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

14) FCC - TRF 1ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2006

Paulo contratou pistoleiros profissionais para matarem ascendente seu. Nesse caso,

- a) os co-autores e partícipes só responderão pela pena agravada pelo parentesco se sabiam que a vítima era ascendente de Paulo.
- b) todos terão a pena agravada pelo fato de ser a vítima descendente de Paulo, porque as condições de caráter pessoal comunicam-se aos co-autores e partícipes.
- c) todos terão a pena agravada, pois o parentesco é condição real e objetiva e comunica-se aos coautores e partícipes.
- d) apenas Paulo terá a pena agravada por ser descendente da vítima, porque as condições de caráter pessoal não se comunicam aos co-autores e partícipes.
- e) todos terão a pena agravada pelo parentesco, porque se trata de circunstância elementar do delito e, por isso, se comunica aos co-autores e partícipes.

15) FCC - TRF 5ª Região - Analista - Área Judiciária - 2013

Indivíduos que são alcançados pela lei penal, não porque tenham praticado uma conduta ajustável a uma figura delitiva, mas porque, executando atos sem conotação típica, contribuíram, objetivamente e subjetivamente, para a ação criminosa de outrem

- a) não são punidos por atipicidade da conduta.
- b) são coautores e incidem na mesma pena cabível ao autor do crime.
- c) são concorrentes de menor importância e têm a pena diminuída de um sexto a um terço.
- d) são considerados partícipes e incidem nas penas cominadas ao crime, na medida de sua culpabilidade.
- e) podem ser coautores ou partícipes e a pena, em qualquer caso, é diminuída de um terço.

16) FCC - TRF 5ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2008

João revelou a Pedro que estava pensando em subtrair dinheiro do cofre da repartição pública em que trabalhava, mas não sabia como abri-lo. Pedro, então, informou-lhe que ouviu o chefe do setor dizer que o segredo do cofre estava escrito num dos quadros que decoravam a parede. De posse dessa informação, João abriu o cofre e retirou dinheiro do seu interior, gastando-o em proveito próprio. Nesse caso, João responderá por crime de peculato e Pedro

- a) responderá como partícipe.
- b) responderá como co-autor.
- c) responderá como autor principal.
- d) responderá como autor mediato.
- e) não responderá pelo delito praticado por João.

Teoria da Pena

17) FCC - TRF 2ª Região - Analista - Área Judiciária - 2012

O fornecimento de cestas básicas a instituições de caridade inclui-se dentre as penas

- a) de multa.
- b) privativas de liberdade.
- c) restritivas de direitos.
- d) de prisão simples.
- e) acessórias.

18) FCC - TRF 2ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2012

Lucius foi condenado, pelo mesmo crime, no Brasil, à pena de três anos de reclusão e, no estrangeiro, à pena de um ano de reclusão. Cumpriu integralmente a pena imposta no outro país. Nesse caso, a pena imposta no Brasil

- a) será reduzida de um terço a um sexto.
- b) será atenuada, a critério do juiz.
- c) será reduzida em metade.
- d) não sofrerá qualquer redução.
- e) será reduzida a dois anos.

19) FCC - TRF 2ª Região - Analista - Área Judiciária - 2007

Réu NÃO reincidente condenado à pena de 05 anos e 04 meses por crime de moeda falsa, poderá cumpri-la, desde o início em

- a) regime aberto.
- b) regime semi-aberto.
- c) liberdade condicional.
- d) regime fechado.
- e) casa do albergado.

20) FCC - TRF 3ª Região - Analista - Área Judiciária - 2014

Quanto ao regime prisional fechado, é INCORRETO dizê-lo passível de

- a) ser cumprido por quem, primário, foi condenado somente por um crime de peculato culposo.
- b) ser inicialmente aplicado a quem, primário, foi condenado somente por um crime de peculato mediante erro de outrem.
- c) progressão na reincidência específica de crimes hediondos ou assemelhados.
- d) comportar exame criminológico somente quando concretamente necessário, à vista de fundada decisão judicial.
- e) passível de trabalho externo, salvo no início de cumprimento da pena.

21) FCC - TRF 2ª Região - Analista - Área Judiciária - 2007

Sobre as penas restritivas de direitos, é absolutamente correto afirmar que são dessa espécie:

- a) perda de bens e valores; multa e prestação de serviços à comunidade.
- b) internação em Casa de Custódia; recolhimento domiciliar e prestação pecuniária.
- c) prestação pecuniária; perda de bens e valores e limitação de fim de semana.
- d) limitação de fim de semana; permissão para saída temporária e internação em escola agrícola.
- e) cesta básica; prestação pecuniária e multa.

22) FCC - TRF 4ª Região - Analista - Área Judiciária - 2010

Considere as seguintes assertivas sobre a substituição da pena privativa de liberdade pelas penas restritivas de direitos:

I. Na condenação igual ou inferior a dois anos, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a dois anos, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos.

II. As penas privativas de liberdade não superiores a 4 anos podem ser substituídas por penas restritivas de direitos se o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos.

III. A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta e, no cálculo da pena privativa de liberdade a executar, será deduzido o

tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de trinta dias de detenção ou reclusão.

IV. Se o condenado for reincidente específico em razão a prática do mesmo crime, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face da condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável.

De acordo com o Código Penal, está correto o que consta APENAS em

- a) I e IV.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) II e III.
- e) I, II e IV.

23) FCC - TRF 5ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2008

A prestação pecuniária e a limitação de fim de semana são penas

- a) restritivas de direito.
- b) de multa e privativa de liberdade, respectivamente.
- c) de multa e restritiva de direito, respectivamente.
- d) restritiva de direito e privativa de liberdade, respectivamente.
- e) de multa.

24) FCC - TRF 4ª Região - Analista - Área Judiciária - 2014

Segundo entendimento jurisprudencial hoje estabelecido no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a detração penal (Código Penal, art. 42)

- a) é computável, também, para redução dos marcos temporais da prescrição executória, analogamente às hipóteses de evasão do condenado ou de revogação do livramento condicional já catalogadas no art. 113 do Código Penal.
- b) não pode ser aplicada quando a prisão provisória ocorreu por fato diverso daquele em que se deu a condenação.
- c) pode ser aplicada sobre pena de prestação de serviços à comunidade, descontando-se 24 (vinte e quatro) horas de tarefa comunitária por cada dia de prisão provisória efetivamente cumprida pelo réu.
- d) pode ser aplicada sobre pena de prestação de serviços à comunidade, primeiramente, descontando um dia da pena privativa de liberdade originária por cada dia de prisão provisória efetivamente cumprida pelo réu, para, afinal, substituir-se o saldo restante de pena originária pela pena restritiva de direitos, à razão de 1 (uma) hora de tarefa por dia de condenação.
- e) pode ser aplicada quando a prisão provisória decorreu de fato diverso, desde que o mesmo tenha antecedido o fato que gerou a pena a ser detraída.

Aplicação da Pena

25) FCC - TRF 4ª Região - Analista - Área Judiciária - 2007

Na aplicação da pena-base, o juiz deve considerar

- a) a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, a personalidade do agente, os motivos, as circunstâncias e as consequências do crime, bem como o comportamento da vítima.
- b) a culpabilidade, os antecedentes, a repercussão do crime para o agente, a idade do réu, os motivos, as circunstâncias, a gravidade e as consequências do crime.
- c) os antecedentes da vítima, a conduta social e a personalidade do agente, a natureza, a gravidade e as consequências do crime, bem como a idade da vítima.
- d) o comportamento do agente, a idade e os antecedentes da vítima, a conduta social do agente, a gravidade e as consequências do crime, bem como as circunstâncias atenuantes.
- e) a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, a personalidade do agente, a idade do agente, a gravidade e a natureza do crime, bem como as circunstâncias agravantes.

26) FCC - TRF 4ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2010

No que se refere à aplicação da pena, de acordo com o Código Penal, é correto afirmar:

- a) É circunstância que sempre agrava a pena, quando não constitui ou qualifica o crime, ter o agente cometido o crime contra criança, maior de 50 (cinquenta) anos, enfermo ou mulher grávida.
- b) Na fixação da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, à situação econômica do réu, sendo que a multa pode ser aumentada até o triplo, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, é ineficaz, embora aplicada no máximo.
- c) Para efeito de reincidência, não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo superior a 3 (três) anos, computado o período de prova da suspensão ou do livramento condicional, se não ocorrer revogação.
- d) A pena não poderá ser atenuada em razão de circunstância relevante, anterior ou posterior ao crime, não prevista expressamente em lei.
- e) Quando o agente for condenado a penas privativas de liberdade, cuja soma seja superior a trinta anos, devem elas ser unificadas para atender ao limite de trinta anos e, sobrevivendo condenação por fato posterior ao início do cumprimento da pena, far-se-á nova unificação, sem desprezar, para este fim, o período de pena já cumprida.

27) FCC - TRF 5ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2013

No concurso entre causas de aumento e de diminuição de pena, previstas na parte geral do Código Penal, o juiz, ao aplicar a pena,

- a) desconsiderará a causa que não tiver relação com o liame subjetivo da conduta do agente.
- b) poderá limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou a que mais diminua a pena.
- c) deverá obrigatoriamente considerar ambas as causas.
- d) considerará preponderante a reincidência sobre qualquer outra.
- e) resolverá o concurso aparente aplicando o princípio da consunção.

28) FCC - TRF 4ª Região - Analista - Área Judiciária - 2014

No cômputo da pena, estima-se o

- a) abatimento decorrente da tentativa à vista da aptidão concreta da conduta para ofender o bem jurídico tutelado.
- b) acréscimo decorrente do concurso formal heterogêneo à vista do número de infrações praticadas.
- c) acréscimo decorrente do concurso formal homogêneo à vista da identidade objetivo-subjetiva das infrações praticadas.
- d) acréscimo decorrente da continuidade genérica à vista da gravidade das circunstâncias judiciais verificadas.
- e) abatimento decorrente da semi-imputabilidade à vista da perspectiva de cura do quadro médico-psiquiátrico do agente.

29) FCC - TRF 2ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2007

Sobre o prazo para internação na hipótese de imposição de medida de segurança, considere:

- I. Será indeterminado, perdurando até a cessação da periculosidade.
- II. Será o mesmo da pena que seria imposta se o réu fosse imputável.
- III. Deverá ser de no mínimo de 01 (um) a 03 (três) anos.
- IV. Será no máximo o prazo previsto para a pena privativa de liberdade para o crime praticado.
- V. Será fixado no máximo o prazo da prescrição em abstrato.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I e III.
- b) I, II e IV.
- c) II, III e V.
- d) II e V.
- e) IV e V.

30) FCC - TRF 4ª Região - Analista - Área Judiciária - 2007

Em tema de medidas de segurança, analise as assertivas abaixo:

I. As medidas de segurança previstas no Código Penal são: Internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico ou, à falta, em outro estabelecimento adequado; e sujeição a tratamento ambulatorial.

II. A reforma do Código Penal adotou o sistema vicariante ou unitário, no qual as medidas de segurança só podem ser aplicadas isoladamente, e não cumuladas com a pena privativa de liberdade.

III. Mesmo que extinta a punibilidade, deve ser imposta a medida de segurança, devendo, ainda, ser executada a que tiver sido imposta.

IV. A internação ou a medida de segurança será por tempo determinado, e o seu prazo será fixado entre o mínimo e o máximo da pena restritiva de liberdade prevista para o crime.

V. Se o agente for inimputável, mesmo que o crime seja punível com detenção, o juiz aplicará a medida de segurança consistente em internação.

É correto o que consta APENAS em

- a) IV e V.
- b) II, IV e V.
- c) II, III e V.
- d) I, III e IV.
- e) I e II.



31) FCC - TRF 4ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2007

Em matéria de prescrição das medidas de segurança, considere as seguintes assertivas:

I. Extinta a punibilidade, não se impõe medida de segurança nem subsiste a que tenha sido imposta.

II. Sendo aplicada pena, substituída por medida de segurança, o prazo de prescrição regula-se pelo prazo daquela.

III. As medidas de segurança são imprescritíveis.

IV. No caso de semi-imputável, se a sentença não fixar a pena em concreto, o prazo de prescrição da medida de segurança substitutiva será o dobro da pena mínima prevista para o fato criminoso.

V. A medida de segurança prescreve juntamente com a pena restritiva de liberdade imposta cumulativamente na sentença.

É correto o que consta APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I e V.
- d) II, III e IV.
- e) IV e V.

Ação Penal

32) FCC - TRF 3ª Região - Analista - Área Judiciária - 2007

No crime complexo, a ação penal é

- a) pública incondicionada, se qualquer dos crimes componentes do tipo deva ser apurado por iniciativa do Ministério Público.
- b) pública condicionada, mesmo que qualquer dos crimes componentes do tipo deva ser apurado por iniciativa do Ministério Público, desde que em relação a outro ou outros a sua ação dependa de representação.
- c) pública incondicionada em relação aos crimes componentes do tipo que são dessa natureza e privada ou pública condicionada em relação a outro ou outros que sejam de iniciativa privada ou sujeito a representação.
- d) pública ou privada, dependendo de acordo entre o Ministério Público e o ofendido ou seu representante legal.
- e) privada, se um dos crimes componentes do tipo for dessa natureza, mesmo que outro ou outros devam ser apurados por iniciativa do Ministério Público.

Extinção da Punibilidade e Prescrição

33) FCC - TRF 4ª Região - Analista - Área Judiciária - 2007

São causas extintivas de punibilidade, previstas no Código Penal, além de outras:

- a) renúncia do direito de queixa, nos crimes de ação privada; e casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes.
- b) anistia; perdão judicial, nos casos previstos em lei; morte da vítima; e decurso do prazo.
- c) retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso; prescrição, decadência ou perempção; e casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes.
- d) morte do agente; anistia, graça ou indulto; retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso; e prescrição, decadência ou perempção.

e) prescrição, decadência, menoridade do agente; morte da vítima; e agente maior de setenta anos na data do crime.

34) FCC - TRF 3ª Região - Analista - Área Judiciária - Oficial de Justiça Avaliador Federal - 2014

NÃO é causa extintiva da punibilidade:

- a) prescrição, após o lançamento do tributo.
- b) morte do agente, após definitiva a condenação.
- c) retratação do querelado, na calúnia contra os mortos.
- d) perempção, na ação penal privada subsidiária da pública.
- e) perdão judicial, na apropriação indébita previdenciária.

35) FCC - TRF 2ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2007

Sobre a prescrição, como causa extintiva da punibilidade, é correto afirmar-se que

- a) as penas restritivas de direitos prescrevem na metade dos prazos previstos para a prescrição das penas privativas de liberdade.
- b) verifica-se em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a seis.
- c) as penas restritivas de direitos prescrevem nos mesmos prazos previstos para a prescrição das penas privativas de liberdade.
- d) a prescrição, depois de transitar em julgado a sentença condenatória, regula-se pela pena em abstrato.
- e) a prescrição da pretensão executória começa a correr do dia em que transitar em julgado a sentença para o réu.

36) FCC - TRF 4ª Região - Analista - Área Judiciária - 2010

O curso da prescrição NÃO é interrompido

- a) pela reincidência.
- b) pelo recebimento da denúncia.
- c) pela publicação da sentença absolutória recorrível.
- d) pela decisão confirmatória da pronúncia.
- e) pelo início ou continuação do cumprimento da pena.

37) FCC - TRF 5ª Região - Analista - Área Judiciária - 2013

Sobre a prescrição como causa extintiva da punibilidade é correto afirmar:

- a) Seu fundamento político-criminal não prevalece sobre as pretensões do réu, mesmo admitido seu caráter de material.

- b) A consideração do perdão judicial é sempre antecedente ao eventual reconhecimento da prescrição.
- c) O réu pode renunciar ao seu reconhecimento e requerer julgamento de mérito por seu caráter meramente processual.
- d) Não sendo matéria de ordem pública, não pode ser reconhecida ex officio pelo juiz.
- e) O reconhecimento da prescrição exclui a apreciação de outras preliminares e do mérito.

38) FCC - TRF 5ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2008

Inclui-se dentre as causas impeditivas da prescrição

- a) a continuação do cumprimento pelo agente de pena.
- b) a reincidência.
- c) o início do cumprimento pelo agente da pena.
- d) a sentença condenatória recorrível.
- e) o cumprimento pelo agente de pena no estrangeiro.

Crimes Contra a Pessoa

39) FCC - TRF 2ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2012

Pedro emprestou dinheiro a Paulo e este não lhe pagou a dívida no prazo convencionado. Na festa de aniversário do filho de Paulo, Pedro tomou o microfone e narrou aos presentes que Paulo era caloteiro, por não ter efetuado o pagamento da referida dívida. Nesse caso, Pedro

- a) cometeu crime de exercício arbitrário das próprias razões.
- b) cometeu crime de denunciação caluniosa.
- c) cometeu crime de calúnia.
- d) não cometeu nenhum crime porque o fato era verdadeiro.
- e) cometeu crime de difamação.

40) FCC - TRF 1ª Região - Analista - Área Judiciária - 2006

Admite-se a exceção da verdade no crime de

- a) calúnia, se do crime imputado, embora de ação pública, o acusado for absolvido por sentença irrecurável.
- b) injúria, se a ofensa consistir na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem.
- c) difamação, se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.
- d) calúnia, se o crime foi cometido contra o Presidente da República, chefe de governo estrangeiro ou funcionário público no exercício de suas funções.

e) calúnia, se constituindo o fato imputado crime de ação privada, o ofendido não foi condenado por sentença recorrível.

41) FCC - TRF 1ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2006

A respeito dos crimes contra a honra, é correto afirmar que

- a) é punível a calúnia contra os mortos.
- b) constitui difamação punível a ofensa irrogada pela parte em juízo, na defesa da causa.
- c) é isento de pena o querelado que, antes da sentença, se retratar cabalmente da injúria.
- d) a injúria só pode ser cometida por gesto e palavras, nunca pela prática de vias de fato.
- e) admite-se a exceção da verdade no crime de injúria, se a vítima for funcionário público e a ofensa for relacionada à função.

42) FCC - TRF 41ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2010

Considere as seguintes assertivas sobre os crimes contra a honra:

- I. No crime de injúria, o juiz pode deixar de aplicar a pena quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria.
- II. Admite-se a prova da verdade no crime de calúnia se o fato é imputado a chefe de governo estrangeiro.
- III. No crime de difamação, a exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.
- IV. As penas cominadas aos crimes de calúnia, difamação e injúria aumentam-se de um terço se qualquer dos crimes é cometido contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos ou portadora de deficiência.

De acordo com o Código Penal, está correto o que consta APENAS em

- a) II e III.
- b) I, II e IV.
- c) I e III.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

43) FCC - TRF 4ª Região - Analista - Área Judiciária - 2007

Em tema de crime contra a honra, analise:

- I. A calúnia e a difamação distinguem-se da injúria porque, nas duas primeiras, há imputação de fato desonroso enquanto, na última, há mera atribuição de qualidade negativa ao ofendido.
- II. A difamação caracteriza-se pela imputação falsa de fato definido como crime.

III. A calúnia e a difamação ofendem a honra objetiva da vítima, ao passo que a injúria atinge a honra subjetiva.

IV. Na injúria há imputação de fato ofensivo à dignidade ou ao decoro da vítima.

V. Para caracterizar a calúnia, o fato imputado não precisa ser criminoso, bastando que seja falso e ofensivo à reputação da vítima.

É correto o que consta APENAS em

- a) I, II e IV.
- b) I e III.
- c) II, IV e V.
- d) IV e V.
- e) III, IV e V.

44) FCC - TRF 5ª Região - Analista - Área Judiciária - 2008

José na janela da empresa em que seu desafeto Pedro trabalhava, gritou em altos bravos que o mesmo era “traficante de entorpecentes”. Nesse caso, José cometeu crime de

- a) calúnia.
- b) injúria.
- c) difamação.
- d) denúncia caluniosa.
- e) falsa comunicação de crime.

Crimes Contra o Patrimônio

45) FCC - TRF 5ª Região - Analista - Área Judiciária - 2013

O perdão judicial no crime de apropriação indébita previdenciária exige como condição que

- a) sendo o réu primário e de bons antecedentes, seja o valor da apropriação igual ou inferior ao mínimo estabelecido administrativamente para execução fiscal.
- b) sem avaliação de condição pessoal, seja a apropriação inferior ao valor do salário mínimo de contribuição.
- c) se reincidente, além do pagamento da contribuição devida até a denúncia, também o pagamento de multa administrativamente imposta.
- d) sendo o réu primário e de bons antecedentes, tenha promovido a qualquer tempo o pagamento da contribuição devida.

e) tenha promovido a qualquer tempo o pagamento da contribuição devida e seja o valor da apropriação inferior ao mínimo estabelecido administrativamente para execução fiscal.

46) FCC - TRF 4ª Região - Analista - Área Judiciária - Oficial de Justiça Avaliador Federal - 2014

Gerson subtraiu para si energia elétrica alheia de pequeno valor, fazendo-o em concurso com Marcio, sendo ambos absolutamente primários. Com esses dados, à luz da jurisprudência hoje dominante no Superior Tribunal de Justiça, classificam-se os fatos como furto

- a) de bagatela.
- b) privilegiado.
- c) qualificado.
- d) privilegiado-qualificado.
- e) simples.

Crimes Contra a Fé Pública

47) FCC - TRF 5ª Região - Analista - Área Judiciária - 2013

Em relação aos crimes contra a fé pública previstos no Código Penal brasileiro é correto afirmar,

- a) Excepcionalmente admitem a modalidade culposa quando se tratar de falsificação de documento particular.
- b) Exigem como elemento a imitação ou alteração da verdade; a possibilidade de dano e o dolo.
- c) A alteração inapta a induzir número indeterminado de pessoas leva à consideração da forma tentada em qualquer caso.
- d) No crime de moeda falsa, mesmo ausente a capacidade ilusória da contrafação, tem-se caracterizada sua consumação.
- e) Tratando-se de crimes formais não admitem forma tentada.

48) FCC - TRF 2ª Região - Analista - Área Judiciária - 2007

Quem fornece para terceiros equipamento especialmente destinado à falsificação de moeda, pratica o crime de

- a) favorecimento pessoal.
- b) moeda falsa em co-autoria.
- c) receptação.
- d) favorecimento real.
- e) petrechos para falsificação de moeda.

49) FCC - TRF 4ª Região - Analista - Área Judiciária - Oficial de Justiça Avaliador Federal - 2014

A respeito do crime de moeda falsa, tal como tipificado no Código Penal (art. 289),

- a) há uma hipótese de conduta culposa de menor potencial ofensivo.
- b) há uma hipótese de conduta dolosa de menor potencial ofensivo.
- c) há uma hipótese de conduta culposa, mas nenhuma de menor potencial ofensivo.
- d) todas as hipóteses são de condutas dolosas, mas nenhuma de menor potencial ofensivo.
- e) há duas hipóteses de condutas culposas, uma delas de menor potencial ofensivo.

50) FCC - TRF 1ª Região - Analista - Área Judiciária - 2011

Aquele que falsifica a assinatura de avalista numa nota promissória, da qual é credor, responderá pelo crime de

- a) falsa identidade.
- b) falsidade ideológica.
- c) falsificação de documento particular.
- d) falsificação de documento público.
- e) uso de documento falso.

51) FCC - TRF 2ª Região - Analista - Área Judiciária - 2012

Clemente falsificou um alvará judicial para levantamento de depósito judicial em nome de Clementina. Clementina foi até a agência bancária e o apresentou ao caixa, que acabou descobrindo a falsificação. Nesse caso, Clemente

- a) e Clementina responderão pelo crime de falsificação de papéis públicos.
- b) responderá pelo crime de falsificação de documento público e Clementina por uso de documento falso.
- c) e Clementina responderão pelo crime de falsificação de documento público.
- d) responderá pelo crime de falsificação de papéis públicos e Clementina por uso de papel público falsificado.
- e) responderá pelo crime de falsificação de documento particular e Clementina por uso de documento falso.

52) FCC - TRF 1ª Região - Analista - Área Judiciária - 2006

Luiz, tão logo seu tio faleceu, alterou o testamento particular por ele deixado para lhe atribuir parte da herança. Luiz responderá por crime de

- a) supressão de documento.

- b) falsificação de documento particular.
- c) falsidade ideológica.
- d) falsidade material de atestado ou certidão.
- e) falsificação de documento público.

53) FCC - TRF 4ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2010

Mário falsificou, em parte, testamento particular. Neste caso, Mário

- a) não cometeu crime tipificado no Código Penal Brasileiro.
- b) cometeu crime de falsificação de documento particular.
- c) cometeu crime de supressão de documento.
- d) cometeu crime de falsidade ideológica.
- e) cometeu crime de falsificação de documento público.

54) FCC - TRF 5ª Região - Analista - Área Judiciária - 2008

João alterou documento verdadeiro emanado de entidade paraestatal. João responderá por crime de

- a) falsificação de documento público.
- b) falsificação de documento particular.
- c) falsidade ideológica.
- d) falsificação de selo ou sinal público.
- e) supressão de documento.

Crimes Contra a Administração Pública

55) FCC - TRF 2ª Região - Analista - Área Judiciária - 2012

Tício, funcionário público federal, em fiscalização de rotina, constatou que Paulus, proprietário de uma mercearia, estava devendo tributos ao Fisco. Em vista disso, concedeu-lhe o prazo de quarenta e oito horas para efetivar o pagamento e mandou colocar uma faixa na porta do estabelecimento, dizendo: "Este comerciante deve ao Fisco e deverá pagar o tributo devido em quarenta e oito horas". A conduta de Tício caracterizou o crime de

- a) prevaricação.
- b) calúnia.
- c) concussão.
- d) corrupção passiva.
- e) excesso de exação.

56) FCC - TRF 3ª Região - Analista - Área Judiciária - 2007

João, tesoureiro de órgão público, agindo em concurso com José e em proveito deste, que não é funcionário público mas que sabe que João o é, desvia certa quantia em dinheiro, de que tem a posse em razão do cargo. Por essa conduta

- a) José não responde por crime nenhum, já que foi João quem desviou o dinheiro.
- b) João responde por peculato e José por apropriação indébita.
- c) João e José respondem pelo crime de peculato.
- d) João não responde por crime porque o dinheiro foi todo entregue para José, que é quem deve ser processado.
- e) João e José respondem pelo crime de peculato, mas este tem a pena reduzida pela metade, porque foi João quem desviou o dinheiro.

57) FCC - TRF 3ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2007

Antes de assumir o cargo público municipal para o qual foi nomeado, invocando a sua condição funcional, João exige ingresso dos organizadores de evento cuja realização depende de autorização do Poder Público. Assim agindo, João

- a) comete crime de concussão.
- b) comete crime de corrupção ativa.
- c) comete crime de corrupção passiva.
- d) não comete crime algum porque pedido de ingresso para evento é mero ilícito civil.
- e) não comete crime algum porque ainda não assumiu o cargo.

58) FCC - TRF 3ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2007

Agindo com negligência, João esquece sobre o balcão da repartição onde exerce cargo público documento que contém segredo, de forma que terceira pessoa tem acesso a ele. Assim agindo, João

- a) pratica crime de violação de sigilo funcional porque o dolo é presumido.
- b) só pratica crime se o terceiro que teve conhecimento do segredo revelá-lo para outras pessoas.
- c) não pratica crime, porque o Código Penal não prevê a modalidade culposa de violação de sigilo funcional.
- d) pratica crime de violação de sigilo funcional porque presente o dolo eventual.
- e) pratica crime de condescendência criminosa.

59) FCC - TRF 1ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2006

José é funcionário público e, em cumprimento de mandado judicial, se dirigiu ao escritório de Pedro para efetuar busca e apreensão de autos. Pedro lhe ofereceu a quantia de R\$ 100,00 para que retardasse a

diligência por alguns dias. José aceitou o dinheiro, mas não retardou a diligência, efetuando desde logo a apreensão. José e Pedro responderão, respectivamente, por crime de

- a) prevaricação e corrupção passiva.
- b) concussão e corrupção passiva.
- c) corrupção ativa e corrupção passiva.
- d) prevaricação e corrupção ativa.
- e) corrupção passiva e corrupção ativa.

60) FCC - TRF 4ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2007

Túlio assumiu o exercício de função pública sem ser nomeado ou designado, executando ilegitimamente ato de ofício. Tal conduta caracteriza o crime de

- a) desobediência.
- b) tráfico de influência.
- c) exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado.
- d) advocacia administrativa.
- e) usurpação de função pública.

61) FCC - TRF 2ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2007

Funcionário público encarregado do Centro de Processamento de Dados - CPD modifica o sistema de informações do órgão sem autorização ou solicitação da autoridade competente. Assim agindo, ele

- a) não comete crime porque é encarregado do CPD.
- b) comete crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.
- c) comete crime de abuso de autoridade.
- d) comete crime de adulteração de dados digitados.
- e) comete crime de inserção de dados falsos em sistema de informação.

62) FCC - TRF 1ª Região - Analista - Área Judiciária - 2011

O funcionário público que, no exercício de suas funções, atendendo a apelo do réu, retarda por vários meses o cumprimento de mandado de citação para possibilitar-lhe mais tempo para preparar a defesa, responderá pelo crime de

- a) concussão.
- b) peculato.
- c) excesso de exação.
- d) corrupção passiva.
- e) prevaricação.

63) FCC - TRF 4ª Região - Analista - Área Judiciária - 2010

No que se refere ao crime de corrupção passiva, é correto afirmar:

- a) Por se tratar de crime material, exige a ocorrência do resultado pretendido pelo agente para a consumação.
- b) É possível a participação de particular no delito, face à comunicabilidade das condições de caráter pessoal, elementares do crime.
- c) A pena é aumentada em metade se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.
- d) Não se caracteriza a infração penal se o agente solicitar a vantagem indevida em razão da função pública antes de assumi-la.
- e) Se a vantagem indevida não se destina a qualquer pessoa física ou jurídica, mas à própria administração, está caracterizado o delito.

64) FCC - TRF 4ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2007

Nos termos do Código Penal, é equiparado a funcionário público, para efeitos penais, somente quem

- a) trabalha em empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.
- b) exerce cargo ou função de confiança na Administração direta.
- c) trabalha em empresa prestadora de serviços para a União e quem exerce cargo em Ministério.
- d) exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.
- e) exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal.

65) FCC - TRF 4ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2007

Dar às verbas ou às rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei

- a) não constitui crime, sendo somente irregularidade administrativa.
- b) constitui crime contra a Administração Pública praticado por funcionário público.
- c) configura crime de peculato-furto.
- d) caracteriza crime de peculato mediante erro de outrem.
- e) constitui crime de prevaricação.

66) FCC - TRF 5ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2008

José, funcionário de empresa prestadora de serviço contratada para a execução de serviços de alargamento de avenida, exigiu de João, proprietário de estacionamento existente no local, quantia em dinheiro para

não bloquear com entulho o acesso ao referido prédio. Nesse caso, José cometeu crime de

- a) corrupção ativa.
- b) prevaricação.
- c) concussão.
- d) corrupção passiva.
- e) peculato.

67) FCC - TRF 1ª Região - Analista - Área Judiciária - 2011

João, funcionário público no exercício de suas funções, em cumprimento de mandado de citação, abordou José, o citando, ordenando-lhe que ajoelhasse no chão para ouvir a leitura do teor do mandado. José recusou-se a ajoelhar-se, dizendo que ouviria de pé. Nesse caso, José

- a) cometeu crime de desacato.
- b) cometeu crime de desobediência.
- c) não cometeu nenhum delito.
- d) cometeu crime de resistência simples.
- e) cometeu crime de resistência qualificada.

68) FCC - TRF 4ª Região - Analista - Área Judiciária - Oficial de Justiça Avaliador Federal - 2014

Processado por roubo cometido contra empresa pública federal, Mélvio teve sua prisão preventiva legalmente decretada. Ao ser regularmente cumprido o respectivo mandado por Oficial de Justiça, Mélvio resistiu com violência à prisão e, ao final, foi absolvido da imputação de roubo, posto que afinal reconhecida injusta. Com base somente nesses dados,

- a) inexistiu crime de resistência, qualquer que seja o fundamento técnico da absolvição quanto ao roubo.
- b) inexistiu crime de resistência, desde que a absolvição seja pela negativa de autoria quanto ao roubo.
- c) inexistiu crime de resistência, mas responde Mélvio, de qualquer modo, por outro eventual crime correspondente à violência.
- d) inexistiu o crime de resistência, desde que a absolvição quanto ao roubo tenha afirmado a inexistência ou o atipicidade do fato respectivo.
- e) caracteriza-se o crime de resistência.

69) FCC - TRF 2ª Região - Analista - Área Judiciária - 2007

A pessoa que confessa, perante autoridade policial, delito inexistente,

- a) não pratica nenhum delito.
- b) pratica crime de auto-acusação falsa.
- c) pratica crime de falso testemunho.

- d) pratica crime de comunicação falsa de crime.
- e) pratica crime de denúncia caluniosa.

70) FCC - TRF 2ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2007

O reingresso no território nacional de estrangeiro expulso do País, sem autorização de autoridade competente e sem que tenha sido revogada a expulsão

- a) não caracteriza crime definido no Código Penal se a expulsão foi injusta.
- b) não caracteriza crime, estando o agente sujeito apenas a nova expulsão.
- c) não caracteriza crime definido no Código Penal e o agente só está sujeito a nova expulsão se cometer delito apenado com reclusão.
- d) caracteriza crime definido no Código Penal e sujeita o agente apenas a nova expulsão após o término do processo.
- e) caracteriza crime definido no Código Penal, estando o agente sujeito a pena privativa de liberdade sem prejuízo de nova expulsão após o cumprimento da pena.

71) FCC - TRF 1ª Região - Analista - Área Judiciária - 2011

A respeito dos Crimes contra a Administração da Justiça, considere:

- I. No delito de comunicação falsa de crime ou contravenção, há indicação expressa de pessoa determinada como autora da infração.
- II. No delito de denúncia caluniosa, não há indicação expressa de determinada pessoa como autora da infração.
- III. A vítima de um crime não comete crime de falso testemunho se calar a verdade em processo judicial.
- IV. No delito de falso testemunho, o fato deixa de ser punível se o agente se retrata ou declara a verdade até o trânsito em julgado da sentença ou do acórdão proferido no processo em que ocorreu a falsidade.

Está correto o que se afirma SOMENTE em:

- a) III.
- b) I, II e III.
- c) I e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I, II e IV.

72) FCC - TRF 2ª Região - Analista - Área Judiciária - 2012

José percebeu que seu conhecido João havia cometido crime de desobediência e estava fugindo a pé, sendo perseguido por policiais. Em vista disso, despistou os milicianos e colocou João no interior de seu veículo, deixando o local e impedindo, dessa forma, a prisão em flagrante deste. Nesse caso, José

responderá pelo crime de

- a) favorecimento pessoal privilegiado.
- b) favorecimento real.
- c) favorecimento pessoal em seu tipo fundamental.
- d) arrebatamento de preso.
- e) facilitar a fuga de pessoa presa.

73) FCC - TRF 1ª Região - Analista - Área Judiciária - 2006

Paulo e Pedro alugaram um helicóptero e, com a utilização da corda de salvamento, possibilitaram a fuga do chefe da quadrilha a que pertenciam, içando-o do pátio da penitenciária onde cumpria pena privativa de liberdade. Nesse caso, Paulo e Pedro responderão por crime de

- a) arrebatamento de preso.
- b) motim de presos.
- c) fuga de pessoa presa.
- d) favorecimento pessoal.
- e) evasão mediante violência.

74) FCC - TRF 1ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2006

Paulo, valendo-se do anonimato, telefonou à polícia, informando falsamente que seu vizinho e desafeto José havia assaltado um banco situado nas proximidades. Instaurado inquérito policial, apurou-se que José era inocente e que o telefonema tinha vindo da residência de Paulo, que acabou confessando a prática do fato delituoso. Nesse caso, Paulo responderá por crime de

- a) comunicação falsa de crime.
- b) denúncia caluniosa.
- c) falso testemunho.
- d) fraude processual.
- e) auto-acusação falsa.

75) FCC - TRF 4ª Região - Analista - Área Judiciária - 2010

Paulo auxilia seu irmão, autor de crime a que é cominada pena de reclusão, a subtrair-se à ação de autoridade pública. Nesse caso, Paulo

- a) comete crime de favorecimento pessoal, com redução da pena aplicada em metade.
- b) fica isento de pena.
- c) comete crime de favorecimento real.
- d) comete crime de fraude processual.
- e) comete crime de favorecimento real, com redução da pena aplicada em metade.

76) FCC - TRF 4ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2007

Entre outros, é pressuposto do crime de denunciação caluniosa

- a) a imputação de crime de que o sabe inocente a pessoa certa e determinada.
- b) a imputação de crime de que o sabe inocente a pessoa indeterminada, desde que o fato seja verdadeiro.
- c) a imputação a pessoa certa e determinada de fato verdadeiro, de que o sabe culpado.
- d) que o fato imputado constitua crime doloso ou culposo.
- e) que o fato imputado sempre constitua crime, não mera contravenção penal

77) FCC - TRF 4ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2007

Fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite, configura crime de

- a) peculato.
- b) abuso de poder.
- c) exercício arbitrário das próprias razões.
- d) concussão.
- e) prevaricação.

78) FCC - TRF 5ª Região - Analista - Área Judiciária - Execução de Mandados - 2013

Em audiência judicial, o intérprete que, dolosamente, traduz declaração de testemunha de modo contrário ao teor do depoimento, todavia que se retrata por escrito, depois de proferida a sentença, mas antes do trânsito em julgado,

- a) não comete o crime de falso testemunho ou perícia por ocorrência de causa excludente da ilicitude.
- b) comete o crime de falso testemunho ou falsa perícia no modo tentado.
- c) não comete o crime de falso testemunho ou perícia, pois intérprete não é testemunha ou perito.
- d) comete o crime de falso testemunho ou perícia, mas está isento de pena pela retratação.
- e) comete o crime de falso testemunho ou falsa perícia no modo consumado.

79) FCC - TRF 3ª Região - Analista - Área Judiciária - Oficial de Justiça Avaliador Federal - 2014

Segundo a jurisprudência dominante no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, bem como do Superior Tribunal de Justiça, aliás em sintonia com segmento importante da doutrina brasileira mais contemporânea, no crime de falso testemunho ou falsa perícia,

- a) é possível participação e autoria mediata.
- b) é possível participação, mas não autoria mediata.
- c) não é possível participação, mas sim autoria mediata.

- d) é impossível participação ou autoria mediata.
- e) é possível autoria indireta, mas não autoria mediata.

80) FCC - TRF 3ª Região - Analista - Área Judiciária - Oficial de Justiça Avaliador Federal - 2014

Para incluir-se no âmbito de proteção normativa do artigo 347 do Código Penal, a inovação da coisa na pendência de processo notadamente precisa ser

- a) cênica e/ou arditosa.
- b) importante e/ou significativa.
- c) voluntária e/ou consciente.
- d) oculta e/ou sub-reptícia.
- e) irreversível e/ou irreparável.



GABARITO

1) B	2) D	3) A	4) C	5) D
6) A	7) D	8) D	9) A	10) A
11) D	12) A	13) B	14) D	15) D
16) A	17) C	18) E	19) B	20) D
21) C	22) D	23) A	24) D	25) A
26) B	27) C	28) B	29) A	30) E
31) A	32) A	33) D	34) D	35) C
36) C	37) E	38) E	39) E	40) C
41) A	42) C	43) B	44) B	45) A
46) D	47) B	48) E	49) B	50) D
51) B	52) E	53) E	54) A	55) E
56) C	57) A	58) C	59) E	60) E
61) B	62) E	63) B	64) D	65) B
66) C	67) C	68) E	69) B	70) E
71) A	72) A	73) C	74) B	75) B
76) A	77) C	78) E	79) B	80) A